

Edição v.35
número 1 / 2016

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), v. 35, n. 1
abr/2016-jul/2016

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

CASO HERZOG NOS JORNAIS FOLHA DE S. PAULO E O GLOBO: HISTÓRIA E POSICIONAMENTO DISCURSIVO DURANTE A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE¹

HERZOG CASE IN THE ONLINE NEWSPAPERS FOLHA DE S. PAULO AND O GLOBO: HISTORY AND DISCURSIVE POSITIONING DURING THE NATIONAL TRUTH COMMISSION

ALLYSSON MARTINS

Professor no Departamento de Jornalismo da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e Doutorando em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Brasil.
allyssonviana@gmail.com

CLARISSA MOURA

Doutoranda e mestra em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA, onde integra o Centro de Estudos e Pesquisa em Análise de Discurso (CEPAD). Brasil.
clarissa.viana@gmail.com

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MARTINS, Allysson; MOURA, Clarissa. Caso Herzog nos jornais Folha de S. Paulo e O Globo: história e posicionamento discursivo durante a Comissão Nacional da Verdade. *Contracampo*, Niterói, v. 35, n. 01, pp. 69-86, abr./jul., 2016.

Enviado em: 10 de setembro de 2015 / Aceito em: 14 de janeiro de 2016

DOI - <http://dx.doi.org/10.20505/contracampo.v35i1.853>

1 - Uma versão deste trabalho foi apresentada no 13º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo.

Resumo

O Brasil experimentou uma (re)avaliação da sua história oficial com a instalação da Comissão Nacional da Verdade (2012-2014), no momento em que a mídia aparece como uma das instâncias catalisadoras e engendradoras da história na sociedade. Neste texto, identificamos de que maneira os jornais Folha de S. Paulo e O Globo se posicionaram discursivamente nesse período, quando se propunha uma (re) discussão do passado do país. Aqui, partimos das publicações sobre o caso do jornalista Vladimir Herzog, um dos mais emblemáticos e controversos da Ditadura Militar. Observamos que O Globo buscou acompanhar os discursos autorizados e oficiais através de uma pretensa objetividade, enquanto a Folha de S. Paulo se colocou como protagonista para uma mudança da história em curso, assumindo posições claras, opiniões contundentes e tensionamentos discursivos.

Palavras-chave

Vladimir Herzog; História; Discurso; Jornalismo; Comissão Nacional da Verdade.

Abstract

The Brazil experienced a reevaluation of its official history with the installation of the National Commission of Truth (2012-2014). This event appears at the time when the media is recognized as one of the history's catalyst instances. In this paper, we identify how the newspapers O Globo and Folha de S. Paulo positioned themselves discursively in this period, when the country proposed a (re) discuss about the its past. Here, we analyze the publications on the case of journalist Vladimir Herzog, one of the most emblematic and controversial case of the Military Dictatorship. We note that O Globo tended to follow the authorized and official discourses with a supposed objectivity. On the other hand, Folha de S. Paulo stood as a protagonist in the historical change, taking clear positions in opinions and discursive tensions.

Key-words

Vladimir Herzog; History; Discourse; Journalism; National Commission for Truth.

Introdução

O Brasil tem experimentado uma (re)discussão sobre a sua própria história nas últimas décadas. A Comissão Nacional da Verdade (CNV) entra em vigor no ano de 2012 como principal mediadora nesse processo de conformação do passado em diversos âmbitos sociais, não apenas político. Em pouco tempo de atividade, tendo em vista que a CNV funcionou efetivamente por dois anos, até 2014, a história do período da Ditadura Militar foi (re) aberta, (re)discutida, tensionada, substituída ou mesmo não concluída. Ainda em 2014, o Golpe Militar de 1964 completou 50 anos. Com essas condições, o esquecer para conciliar dos militares – observado principalmente após a finalização da Ditadura Militar – parece ter se modificado.

Sancionada pela presidenta Dilma Rousseff no final de 2011, a Lei nº 12.528 para a criação da Comissão Nacional da Verdade foi regulamentada em 16 de maio de 2012, por meio do Decreto nº 7.724. A Comissão investigou e tornou pública as violações de direitos humanos cometidas pelos agentes do estado no Brasil de 1946 e 1988 – com atenção especial ao período da Ditadura Militar (1964-1985). A principal intenção era efetivar o direito à verdade histórica nacional, voltando-se apenas para o âmbito da investigação e divulgação dos dados, sem nenhum poder punitivo ou sugestivo para punição.

Apesar desse momento vivenciado pelo país, Cardoso (2012) aponta que, desde o início da década de 1980, existe no Brasil um “surto memorialístico”, com extrapolação das denúncias, polêmicas e recordações em torno da Ditadura, dando início à vitória memorial dos militantes, em sua perspectiva. Embora seja difícil apontar uma vitória histórica dos militantes ainda naquele período, não restam dúvidas que a ordem hoje não é mais esquecer, porém mostrar que existem outras perspectivas históricas. Tal fato decorre de uma imposição, ou ao menos sua tentativa, pelos agentes do poder militar de criar e difundir somente uma versão da história dos seus 21 anos de regime. O historiador francês Pierre Nora (1993) defende que qualquer *boom* ou surto memorial reflete uma sociedade temerosa em relação ao esquecimento histórico. Esse fenômeno dá lugar a cada vez mais conflitos e possibilidades de resgate de possíveis leituras sobre o passado no presente. O “surto memorialístico” descrito por Cardoso (2012) aconteceu no período de retorno à democracia de forma “lenta, gradual e segura”. As medidas do então presidente Ernesto Geisel deixaram descontentes os militares da “linha dura” e estes continuaram a atacar os militantes da esquerda.

Um ano após Geisel assumir a presidência, em 1975, os militares assassinaram o jornalista Vladimir ‘Vlado’ Herzog, vítima mais conhecida da

Ditadura, o “marco da resistência política”, como afirma Dias (2015). Mas foi apenas em 2014 que a CNV conseguiu alterar o atestado de óbito do jornalista e que se pôde afirmar oficialmente que ele foi morto na prisão durante o governo militar. Enforcado com o próprio cinto, Vlado estava com os joelhos encostados no chão, o que praticamente impossibilitava a versão oficial de suicídio divulgada pelos militares, além de que ele nunca tinha demonstrado um estado físico e mental propenso para tal ato, de acordo com os familiares citados nas matérias dos jornais posteriormente analisados.

Nessa seara de mudança e discussão da história do país, os meios de comunicação estão em posições proeminentes na sociedade, em relação a outras instituições sociais, como se pode perceber através das noções de sociedade midiaticizada (FAUSTO NETO, 2008; FERREIRA, 2007; GOMES, 2010; HEPP, 2014; HJARVARD, 2012, 2014; VERÓN, 1997, 2014). Dentre as expressões midiáticas, os jornais são evidenciados como os primeiros rascunhos e inscrições da história que se perfazem no cotidiano e no presente.

Para tratar dessas controvérsias em torno do caso mais emblemático da Ditadura Militar, selecionamos os sites dos dois jornais brasileiros com maior circulação no território nacional, ambos com destacada importância desde o período militar: *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. A preferência pelas publicações on-line existe por causa das características da própria mídia que permitem um tratamento próprio dos conteúdos destinados aos assuntos históricos, conforme a ótica de uma nova ecologia da memória (HOSKINS, 2009, 2011; NEIGER; MEYERS; ZANDBERG, 2011; READING, 2011). A relação entre memória e jornalismo não surgiu com a criação da web, ou mesmo da internet, ainda que neste meio ela seja armazenada e utilizada mais fácil, rápida e com menos custos. Marcos Palacios (2002, 2003, 2008) aponta que a memória é uma das características do webjornalismo que proporciona realmente uma ruptura, em relação ao jornalismo realizado em outros meios, definida como múltipla – graças à multimidialidade –, instantânea – devido à recuperação instantânea – e cumulativa – por conta da facilidade e do baixo custo de estocagem e arquivamento.

Autores como Fausto Neto (2008) e Verón (1997, 2014) refletem sobre os meios de comunicação enquanto componentes de uma sociedade midiaticizada através de uma análise discursiva de sua produção. Quando enfatizamos o discurso dos sites jornalísticos diante das novas informações sobre a história oficial do país a partir do caso principal da Ditadura Militar, o do jornalista Vladimir Herzog, buscamos não apenas discutir sobre o conteúdo difundido pelo veículo, mas trabalhar com os seus “modos de dizer”. Em outras palavras, tratamos da forma como os conteúdos são apresentados. A análise desses “modos de dizer” se coaduna com um estudo de uma constituição

da história por colocar em evidência o posicionamento dos jornais diante dos fatos. Um posicionamento que, muitas vezes, implica na legitimação de determinada versão em detrimento de outra ou na absorção de discursos relatados pelo enunciador.

O objetivo deste artigo, por conseguinte, é verificar de que maneira os dois jornais brasileiros de maior abrangência, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, posicionam-se discursivamente enquanto uma das principais instâncias catalisadoras e engendradoras da história na sociedade (mediatizada) contemporânea. Não perdemos de perspectiva o momento do país em que se propõe uma (re)discussão de seu próprio passado e, mais especificamente, de sua história oficial, a partir do caso do jornalista Vladimir Herzog (1937-1975), um dos mais representativos do regime militar. O *corpus* de análise é composto pelas matérias publicadas de 2012 até 2014, período em que a CNV realizou suas investigações. Os textos selecionados versavam sobre o caso de Vlado Herzog, quando ele era o assunto principal, seja através de pessoas associadas ao jornalista, seja de ações que tiveram alguma reverberação por causa das novas informações em torno de seu nome e das investigações da Comissão.

Discurso, história e mediação

A relação entre o discurso jornalístico e a constituição da história oficial requer que levemos em consideração dois principais aspectos. O primeiro diz respeito à própria condição do jornalismo como instituição legitimada socialmente para informar a sociedade, tornando-o uma das principais instâncias nas quais são travadas as disputas pelos sentidos sociais. As informações publicadas ganham status de verdade e são utilizadas por outros campos sociais para legitimar argumentos e discursos. O jornalismo contribui para uma mudança ou constituição da história oficial não só quando determina quais fatos merecem cobertura, mas pelo modo como esses fatos são apresentados.

O segundo aspecto se articula diretamente com o conceito de condições de produção proposto por Eliseo Verón (2004), para quem o discurso jornalístico é moldado por aspectos históricos, pois precisa se adaptar às expectativas do público. Os jornais, por meio dos modos de dizer, propõem uma relação entre as instâncias de produção e de recepção, elo conceituado pelo semiólogo como contrato de leitura. Esta relação contratual é submetida a determinadas regras, às mudanças socioculturais, às expectativas do público e ao universo de concorrência no qual as organizações jornalísticas estão inseridas.

Essa dimensão também é tratada por Patrick Charaudeau (1994, 2010)

ao identificar no discurso jornalístico um espaço de limitações – que se refere às regras do jogo, ou seja, o que se espera do campo jornalístico – e de estratégias – os jornais buscam diferenciar-se dos concorrentes para captar determinado segmento do público e comprovar a sua capacidade de produzir informação de qualidade. Trabalhamos com o conceito de posicionamento discursivo (FERREIRA, 2006), segundo o qual o contrato de leitura é apenas um dos “contratos” proposto pelos veículos; esse conceito resulta de uma articulação entre a análise do contrato de leitura e a teoria dos campos sociais de Bourdieu. O posicionamento discursivo se sustenta em duas bases: posicionamento institucional e estratégias construídas no interior do produto.

Do lado dos sujeitos discursivos, o sentido é engendrado pela relação no interior do ato de enunciação e, do lado dos sujeitos sociais, ele é criado a partir da relação existente no interior do campo social, no caso específico, no campo de produção jornalístico. Segundo a teoria dos campos sociais, a realidade social é construída pelo jogo de disputa entre os diversos sujeitos ou agentes sociais que formam os campos sociais. A representação do mundo ou da realidade social é fruto de inúmeras ações de construção que estão em curso, de tempos feitos e refeitos (FERREIRA, 2006, p. 12).

A influência da mídia em toda essa realidade social, através de uma relação de forças de mútua interferência, gera uma modificação nas dinâmicas não apenas do campo midiático, mas em tudo que está ao seu redor. Nesta perspectiva das teorias da midiaticização, não se trata apenas de reconhecer a relevância dos meios de comunicação enquanto mediador, porém, de compreender suas articulações e, por vezes, sua centralização nas dinâmicas de outras áreas, das interações sociais e do comportamento humano, perpassando e atravessando essas lógicas e estruturas. Essa relevância se torna tão patente que o pesquisador Pedro Gomes (2010) defende que a mídia é um *locus* privilegiado, o espaço propício para se desvelar os diversos ângulos para se compreender uma sociedade complexa.

O pesquisador Stig Hjarvard (2012, 2014) explica que a mídia se integra às rotinas das instituições sociais, mas também as obriga a se adaptarem ao seu *ethos*, em outras palavras, tornam-nas dependentes dos recursos dominados pela mídia, submetendo-se às suas regras a fim de ter acesso aos seus privilégios. Já Fausto Neto (2008, p. 96) acredita que “a midiaticização institui um novo ‘feixe de relações’, engendradas em operações sobre as quais se desenvolvem novos processos de afetações entre as instituições e os atores sociais”.

Os meios de comunicação possuem uma função central e relevante em relação aos diversos campos e instituições quando estes buscam aspectos como: visibilidade, interação, identificação, agendamento e interpretação do

mundo. Esses são os principais motivos para uma negociação de alguma instituição, em maior ou menor escala, com as lógicas da mídia. Não esquecemos, por conseguinte, que em qualquer negociação um dos agentes pode ter um poder de persuasão maior do que o outro. Logo, não afirmamos que os meios de comunicação estão sempre em vantagem nesses jogos de poder, pois dependerá dos objetivos de cada instituição e do que elas possuem para negociar, ainda que as características da mídia sejam extremamente valorizadas nas sociedades contemporâneas.

Nos processos conflituosos do passado visando a constituição da história, a mídia se torna o catalisador e engendrador central, objetivando os aspectos mais amplos do passado (NORA, 1993). Quando se trabalha com a história, segundo Maurice Halbwachs (2006), uma das intenções é (r) estabelecer a conexão perdida, ou ao menos nunca realizada de forma direta, entre o passado e o presente, isto é, dar sentido e vazão às perspectivas presentes através de uma revisitação ao passado. Quando a narrativa da história oficial possui uma lacuna entre ela e a memória dos grupos sociais que eram marginalizados no período, alguns embates simbólicos são travados. Essas disputas seriam uma reação ao fato de não se ter espaço na narrativa oficial da história e de não se estar representado pelas narrativas conformadas na atualidade. A CNV, provavelmente, conforma-se nesse momento de revisão histórica de grupos que foram subjugados no período do regime.

Pensando nessas brechas das histórias oficiais, os meios de comunicação são importantes não somente por perceber esse processo em sociedades midiaticizadas e complexas, mas ainda porque sempre haverá incompletudes nas produções de sentido geradas por eles. Para Fausto Neto (2008, p. 103), "o trabalho simbólico é constituído por inevitáveis buracos e por desajustes, sendo a incompletude do seu processo a motivação para o desenvolvimento de novos processos de produção de sentidos". Essas lacunas possibilitam a existência do que alguns autores denominam guerras de memórias, que dependem também dos processos de midiaticização das sociedades contemporâneas (STORA, 2007, 2008; BLANCHARD; VEYRAT-MASSON, 2008). O embate mnemônico seria uma reação ao fato de não se ter espaço na narrativa oficial da história e de não se estar representado pelas narrativas conformadas na atualidade. Há um sentimento de injustiça, pois aquilo que se conta (e que se acredita como real e verdadeiro) não condiz ou coincide com o que alguns grupos e indivíduos se lembram daquela época ou momento. Esse processo pode ser observado, por exemplo, nas tentativas de mudança do óbito de Herzog por seus familiares, embora exista um movimento mais amplo no tocante às vozes excluídas das histórias da Ditadura Militar.

Essa é a hora em que o *modus operandi* é lembrar. Existe um dever de lembrança. Martins Filho (2002) e Rollemberg (2006) concordam que os vencedores – aqueles que definiram a história oficial de um período – buscam esquecer os detalhes daquela época e os vencidos. No Brasil, conforme esclarece Schmidt (2007), pode-se identificar o embate, de maneira ampla e geral, de duas perspectivas diferentes: de um lado, os militares procuram o esquecimento e o silenciamento dos fatos, “virar a página”, enquanto os militantes deixam a “cicatriz aberta”, sempre relembando os acontecimentos dos tempos idos. A cobertura dos jornais ao longo dos anos, especialmente da *Folha de S. Paulo*, como explicitaremos mais à frente, cumpriu este papel no caso Herzog, com o próprio veículo se colocando como agente memorial – embora não fosse o único, nem no caso de Herzog, no qual a família e colegas possuíram papel ativo, nem no caso da Ditadura Militar, em que diversas organizações atuaram de forma pungente. Logo, este é apenas um exemplo das muitas ações que buscam contestar a versão oficial difundida pelos agentes do estado.

Para perceber de que forma os dois jornais supracitados se posicionam diante desses tensionamentos, voltamo-nos para o modo como o conteúdo é apresentado. Enquanto na análise de conteúdo aspectos como o número de ocorrências, gênero jornalístico e perfis das fontes são priorizados, atemo-nos para os modos de enunciação. Para isso, recorreremos, principalmente, aos títulos e citações, por sua importância na construção do elo com os leitores, no caso do primeiro, e por revelar a postura do jornal diante da fonte, no segundo. A análise dos títulos é estratégica para se identificar o posicionamento discursivo dos suportes, pois é a porta de entrada do leitor para o texto, exercendo ainda o papel de enquadrar o que seria mais importante na matéria. Um dos exemplos de mais fácil percepção é a utilização da rubrica ‘Caso Herzog’ pelo jornal *O Globo*, uma operação discursiva que situa e ativa a memória dos seus leitores sobre o assunto principal da matéria e facilita o acompanhamento dos novos fatos que surgiram.

Embora enfatizemos os aspectos intradiscursivos, ou seja, a relação articulada no interior do suporte, reconhecemos a existência de uma segunda dimensão – das estratégias dos jornais no ambiente de concorrência – que a ultrapassa, conforme tratado por Ferreira (2006). Buscamos perceber, a partir da análise dos títulos e das citações, de que forma o posicionamento discursivo da *Folha de S. Paulo* e de *O Globo* propõe uma estruturação da história do país, observando de que forma os diferentes atores estão dispostos e quem são eles. Nas páginas dos jornais, as múltiplas vozes são absorvidas de maneiras distintas pelo discurso jornalístico. Este fenômeno é chamado de polifonia – quando mais de uma voz pode ser observada em um texto

(MAINGUENEAU, 2002; MARCUZZO, 2008). Essas diferenças resultam de operações como a de seleção, denominação das fontes, modos de citação e presença de marcas de modalização, que revelam posições distintas do enunciador diante do discurso relatado.

Maingueneau (2002) ao tratar de discursos relatados, aqueles que se apoiam no discurso de terceiros, destaca a existência de dois “acontecimentos enunciativos”. Existe uma enunciação citada (que se refere ao que foi dito pelo locutor de origem) e uma enunciação citante (que se refere ao que foi relatado pelo enunciador, no nosso caso, o jornal). Por meio desses modalizadores, o enunciador remete aos discursos de terceiros, a exemplo de marcas de modalização (“segundo X...”, “para Y...” etc.).

O modo como o discurso das fontes é absorvido, ou seja, como é feita a citação – se por meio do discurso direto, indireto ou direto livre – e as marcas de modalização trazem efeitos de sentido distintos. Como veremos mais à frente, o uso de citação direta, acompanhada de modalizadores neutros como o verbo “diz” implica numa espécie de legitimação do discurso relatado, como podemos perceber nos títulos da *Folha de S. Paulo*: “Reportagem sobre Herzog ajudou a enterrar versão de suicídio, diz filho” (05/02/2012) e “Família foi humilhada com documento mentiroso, diz filho de Herzog” (15/03/2013). Este posicionamento se contrasta com o uso do discurso indireto que busca estabelecer distanciamento do discurso relatado, como podemos identificar no título “Filho de Herzog acusa fotógrafo de ser ‘cúmplice’ da ditadura” (28/05/2013). O distanciamento é reforçado a partir do uso de aspas em “cúmplice”. Os verbos adotados para se referir ao que foi dito são exemplo de marca de modalização, tendo em vista que cada um exprime uma relação distinta com o discurso citado. É o caso do verbo “teria” no título de *O Globo* “Família entende que dirigente teria contribuído com prisão e morte do jornalista” (15/03/2013) que coloca a acusação em questão. Em outras palavras, por meio da modalização, é revelada a atitude do locutor-relator diante do que foi dito pelo locutor de origem, uma atitude que é revelada pela escolha dos verbos bem como de marcas de distanciamento.

A citação direta se caracteriza por utilizar as palavras mesmas do enunciador, através de um processo de encenação das falas que tem como efeito de sentido a autenticidade. Entretanto, por se tratar de uma interpretação do que foi dito, o discurso citado passa pela subjetivação do enunciador e não pode, portanto, ser visto como um discurso objetivo. “Por mais que seja fiel, o discurso direto é sempre apenas um fragmento de texto submetido ao enunciador do discurso citante, que dispõe de múltiplos meios para lhe dar um enfoque pessoal” (MAINGUENEAU, 2002, p. 141). Através do discurso direto, o enunciador busca mostrar-se objetivo, indicar a veracidade

do relato, além de distanciar-se do dito – quando o enunciador busca evitar a mistura do seu discurso com o que foi pronunciado pelo locutor de origem – ou, ao contrário, aderir respeitosamente – no caso de citação de autoridade. Já no discurso indireto, as falas citadas são reinterpretadas, ocorrendo uma “situação de enunciação”.

O uso do discurso direto, assim como do indireto, pressupõe a presença de introdutores, que são verbos que indicam a fronteira entre o discurso do enunciador e o discurso citado, acompanhado ou não por marcas como aspas e travessão. Enquanto alguns introdutores e modalizadores têm como efeito de sentido a aparente neutralidade – como o verbo “dizer” ou a preposição “segundo” –, outros indicam um posicionamento do enunciador diante da citação – como os verbos “confessar”, “reconhecer”, “acusar” e “condenar” que indicam uma interpretação do que foi dito.

Histórias de Vlado nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*

O posicionamento discursivo dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* é marcado por suas condições de produção. Nos casos tratados neste artigo, elas são caracterizadas, entre outros fatores, pela (re)discussão da história oficial do país, a partir das descobertas da CNV sobre o caso do jornalista Vladimir Herzog, no período de 2012 a 2014. Os veículos trataram nos últimos anos de modo bastante distinto a história da Ditadura Militar. Se em 17/02/2009 a *Folha de S. Paulo* fora criticada por apontar em um de seus textos que o regime instaurado pelos militares no Brasil não passou de uma “ditabranda”, isto é, que o período ditatorial no país foi mais ameno do que em seus vizinhos da América Latina, *O Globo* se destacou pelo *mea culpa* publicado em seu editorial de 31/08/2013. Nele, o jornal carioca assume o “erro” dessa “dura” verdade, de que apoiou à Ditadura, mesmo em seus momentos finais, em 1984, quando o proprietário do veículo, Roberto Marinho, reiterou o apoio à “revolução de 1964”.

Folha de S. Paulo entre Vlado e Silvaldo

O caso do jornalista Vladimir Herzog sempre pareceu interessar à *Folha de S. Paulo*. Dias (2015) aponta que o jornal, que não emitia opinião desde poucos anos após a Ditadura Militar ter sido instaurada, tendo suprimido, inclusive, o seu editorial, publica um texto opinativo em 01/11/1975, após o ato ecumênico em homenagem a Herzog. O caso de Vlado ainda seria rememorado anualmente pelo jornal até 1981 e, antes da regulamentação

da CNV, a *Folha de S. Paulo* relembrou a morte do jornalista em 1985, 1995 e 2005. Este engajamento fez com que o veículo publicasse 18 textos, no período de 2012 até 2014, nos quais Herzog aparecia como assunto principal.

Ainda antes de a CNV iniciar seus trabalhos, o jornal publicou "O instante decisivo"¹ em 05/02/2012, uma reportagem com o fotógrafo da célebre imagem de Vlado: Silvaldo Vieira. Publicado na editoria Ilustríssima, o texto possui um tom literário, com o fotógrafo como única fonte e tomadas de posição do veículo quanto ao óbito de Vlado. Assume-se uma posição diferente da versão oficial de suicídio, fazendo da voz do fotógrafo a sua própria quando prega que a cena foi manipulada pelos agentes militares. Segundo a reportagem, a partir da própria imagem montada, percebe-se que o suicídio não era uma hipótese plausível. Tudo que o fotógrafo diz aparece como verdade, sendo legitimado pela sua história, pois ele se exilou do país. Com poucas citações e fontes não especificadas, como "historiadores", "testemunhas" e "amigos", percebemos uma operação discursiva na qual o discurso relatado e o discurso do enunciador se fundem.

A partir dessa reportagem, o veículo publicou outros textos derivados sobre sua repercussão, uma com o Ivo Herzog, filho do jornalista, outra com o presidente da OAB-RJ e mais uma com o ministro da Justiça. O jornal ainda citou essa reportagem em diversos outros textos seus. Segundo a *Folha de S. Paulo*, eles contribuíram para a mudança do atestado de óbito de Vlado quando acharam Silvaldo e trouxeram à tona seu caso antes mesmo da instalação da Comissão. Esse argumento foi utilizado, inclusive, quando o Brasil foi acusado por não investigar mais profundamente o assassinato de Vlado.

Foi recorrente, nos títulos da *Folha de S. Paulo*, o uso de citações sem aspas, acompanhadas de verbos que marcam os acontecimentos enunciativos de forma neutra, fazendo com que o suporte assumira o discurso da fonte para si. Nos exemplos que seguem, o verbo "dizer", conjugado no presente do indicativo, realiza essa operação discursiva:

- "Reportagem sobre Herzog ajudou a enterrar versão de suicídio, diz filho" (05/02/2012);
- "OAB-RJ diz que caso Herzog deve ser esclarecido na CV" (05/02/2012);
- "Caso Herzog deve ser investigado, diz ministro da Justiça" (06/02/2012);
- "Família foi humilhada com documento mentiroso, diz filho de Herzog" (15/03/2013).

¹ O instante decisivo. *Folha de S. Paulo*, publicado em 05/02/2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/24012-o-instante-decisivo.shtml>>. Acesso em: 07/09/2015.

Neste último, a seleção do que foi dito implica num efeito de dramatização. Um posicionamento distinto pode ser percebido no título publicado no dia 28 de maio de 2015: "Filho de Herzog acusa fotógrafo de ser 'cúmplice' da ditadura". Além de ser construído com uma citação indireta, o enunciador busca demarcar o discurso relatado através das aspas, numa operação discursiva que propõe um efeito de distanciamento.

Essas publicações seguintes, agora na editoria Poder, possuem um tom mais cauteloso e menos definitivo de uma mudança na história. Por exemplo, a "hipótese de suicídio" seria agora algo "altamente improvável", o fotógrafo "diz ter sido 'usado'" (pelos agentes militares) – retirando a certeza – e seu depoimento "reforça" e não mais "comprova". Nesse momento, até usam a expressão "versão da repressão" entre aspas, buscando uma isenção do termo que foi usado por uma das suas fontes.

Após seis matérias publicadas e quatro meses da reportagem que reabriram a discussão sobre o caso Herzog, a *Folha de S. Paulo* volta, em 21/06/2012, a assumir um discurso de mudança da história a partir do óbito do jornalista, mesmo sem fontes citadas: "Herzog morreu barbaramente torturado, após comparecer espontaneamente no DOI-Codi de São Paulo para depor. Depois, agentes da repressão armaram a cena para simular o suicídio". Em 26/09/2012, publica o editorial "Em memória de Herzog",² citando pela primeira vez algo publicado por eles na época da Ditadura, embora se restrinjam aos números de pessoas que velaram o jornalista. O texto opinativo continua crítico e proclamando uma mudança histórica, afinal, "a impostura, inscrita na certidão de óbito, foi mantida por 37 anos". Todavia, o jornal realiza dura crítica à Comissão, sendo depois rebatida pelo filho de Vlado.

A *Folha de S. Paulo* não excluiu os tensionamentos discursivos em torno do caso Herzog, especialmente no tocante à mudança (técnica) do óbito e divergências de Ivo Herzog com algumas publicações do veículo e colocações da sua principal fonte, o fotógrafo Silvaldo. Embora tenha se colocado de um lado, o da mudança na versão oficial da história do Brasil, o jornal não emula um momento sem conflitos; ao contrário, deixa-os sempre patentes, especialmente quando questões políticas são consideradas na editoria Poder sobre a atuação da CNV. Em seu primeiro dia de atividade, o jornal "lançou" dez perguntas à Comissão, sendo uma delas: "Como morreu Vladimir Herzog?". Se a *Folha de S. Paulo* já demonstrava inclinação para a versão de assassinato de Vlado, depois de 15/03/2013, com o novo atestado de óbito, o jornal corroborou seu posicionamento, mas não sem lembrar que

² Em memória de Herzog. *Folha de S. Paulo*, publicado 26/09/2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/68291-em-memoria-de-herzog.shtml>>. Acesso em: 07/09/2015.

foram pioneiros no debate. As três últimas matérias sobre o caso falam da relação do fotógrafo, encontrado pelo veículo, com a CNV e com a família de Herzog. Mais uma vez, o jornal se coloca como protagonista.

O veículo usou em praticamente todas as publicações links autorreferenciais, mas sempre para as publicações recentes. A autorreferencialidade foi algo que povoou toda a produção da *Folha de S. Paulo*, especialmente com seu achado e “furo”: o fotógrafo Silvaldo. As diversas publicações sobre o caso Herzog fizeram com que o veículo repetisse fotos, links e diversas citações (diretas ou indiretas), especialmente, do filho de Herzog e do fotógrafo.

Cabe destacar, ainda, o contraste de narrativas entre a primeira matéria, publicada na Ilustríssima, e as demais publicadas na editoria Poder. No segundo caso, se sobressaem narrativas comuns do jornalismo político, que tendem a pôr em evidência os tensionamentos. Um exemplo disso foi o recorrente tom crítico e de cobrança diante do governo, entretanto, favorável à mudança do atestado de óbito de Vlado. As primeiras matérias que tratavam do caso Herzog e a Comissão Nacional da Verdade enfatizavam uma suposta morosidade do governo, sempre destacando a não nomeação dos seus membros, a ausência de um plano de trabalho ou, posteriormente, a suposta demora para um resultado prático. “É o primeiro resultado prático obtido pelo grupo formado pela presidente Dilma Rousseff”³ (24/09/2012).

Caso Vlado n'O Globo

Ainda que *O Globo* tenha reconhecido o seu apoio à Ditadura Militar – ou apesar disso –, encontramos apenas seis publicações sobre o caso de Herzog, durante o período de instalação da CNV. O jornal prioriza os títulos informativos, com a presença de verbos de ação e oração na ordem direta. Esta operação discursiva tem como efeito de sentido a objetividade, que busca reforçar o papel do jornal de produtor de informação, como:

- “Comissão da Verdade pede mudança no atestado de óbito de Vlado” (30/08/2012);
- “Viúva de Lisboa, vítima da ditadura, pede mudança no atestado de óbito” (12/11/2012);
- “Família de Herzog receberá novo atestado de óbito na sexta-feira” (15/03/2013).

3 Justiça manda retificar a causa da morte de Herzog. *Folha de S. Paulo*, publicado em 24/09/2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2012/09/1158720-justica-manda-retificar-a-causa-da-morte-de-herzog.shtml>>. Acesso em: 07/09/2015.

O primeiro texto publicado (em 08/03/2012) traz um documento utilizado como prova de que a história oficial de suicídio mantida até então não teria como se sustentar. O título “Caso Herzog: foto da grade foi manipulada, diz documento”⁴ revela que o discurso relatado foi absorvido pelo jornal, evidenciando ainda que a comprovação vem de um documento, não do depoimento de alguma testemunha. Apesar de assumir uma aparente neutralidade, em alguns momentos, *O Globo* chamou para si os tensionamentos desse processo de rediscussão da história, a exemplo da expressão “vítima da ditadura” para se referir a um dos desaparecidos. O texto esclarece que o enquadramento de uma nova foto “prejudica” a tentativa de “setores mais radicais do Exército brasileiro” de não reabrirem o caso do jornalista.

Figura 1: Imagem de Herzog enforcado em ângulo inédito desmentiria versão de suicídio



Fonte: Caso Herzog: foto da grade foi manipulada, diz documento. **O Globo**, publicado em 08/03/2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/caso-herzog-foto-da-grade-foi-manipulada-diz-documento-4260043>>. Acesso em: 07/09/2015.

O filho de Herzog, Ivo, está entre as fontes mais citadas. Em seu discurso, ele frisa a mudança do óbito como algo importante para a “retificação” e “reparação” da história oficial do país, não se restringindo ao aspecto familiar. Embora *O Globo* tenha evitado tensionamentos e enfatizado o caso Herzog como entre os primeiros de outros que a Comissão pode ajudar a alterar, em

4 Caso Herzog: foto da grade foi manipulada, diz documento. **O Globo**, publicado em 08/03/2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/caso-herzog-foto-da-grade-foi-manipulada-diz-documento-4260043>>. Acesso em: 07/09/2015.

algumas ocasiões, os conflitos ficaram evidentes. Na maioria das publicações, os discursos não foram colocados em contraste com os contrários a esta alteração, quase sempre absorvendo a perspectiva de suas fontes. No texto sobre José Maria Marin, ainda que traga uma citação em que o dirigente se defendeu, e coloque a própria acusação em questão – “Família entende que dirigente *teria* contribuído com prisão e morte do jornalista”⁵ (15/03/2013, grifo nosso) –, o efeito de sentido é negativo para o acusado, tendo em vista que Marin parece agressivo e ataca quem o culpa, pois tudo não passaria “de uma calúnia, infâmia e de uma mentira”.

Outro tensionamento é apresentado na última publicação (21/11/2013), na qual o ex-governador de São Paulo, Paulo Egydio, admitiu que Herzog fora assassinado e que o fato buscou, principalmente, desestabilizar o presidente da época: Ernesto Geisel. Até praticamente o final do texto, quando a fala de Egydio era utilizada para a mudança histórica contra os militares, o jornal parecia aceitar e tomar para si o seu discurso, através principalmente das citações diretas. Contudo, quando o ex-governador tenta se livrar da responsabilidade das repressões pelos seus colegas militares, *O Globo* se opõe explicitamente a essa perspectiva, afinal, “todo mundo sabia da existência do Dops e do Doi-Codi”⁶.

O jornal praticamente não utilizou fotos em suas publicações – com a clássica imagem de Herzog aparecendo uma única vez. Os links não trazem as publicações atuais nem mesmo as antigas, do conteúdo produzido na época do assassinato – embora seja em boa parte por causa das condições de produções do período em que o jornal apoiava a Ditadura e divulgava apenas as versões oficiais.

Considerações finais

O discurso jornalístico é capaz de moldar a história e, por outro lado, também carrega os rastros dos processos históricos e sociais que integram suas condições de produção. O posicionamento assumido pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* em um momento de (re)discussão da história oficial do país em torno da Ditadura Militar, a partir do caso do jornalista Vladimir Herzog, demonstra como os meios de comunicação podem assumir papéis de catalisadores e engendradores da história. Os dois veículos analisados

5 Caso Herzog: Maria do Rosário defende apuração contra presidente da CBF. *O Globo*, publicado em 15/03/2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/caso-herzog-maria-do-rosario-defende-apuracao-contrapresidente-da-cbf-7850815>>. Acesso em: 07/09/2015.

6 Paulo Egydio Mortes de Herzog e Manuel Fiel Filho aconteceram para desestabilizar Geisel. *O Globo*, publicado em 21/11/2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/paulo-egydio-mortes-de-herzog-manuel-fiel-filho-aconteceram-para-desestabilizar-geisel-10887565>>. Acesso em: 07/09/2015.

cumpriram essa função de modos distintos no período de instalação da Comissão Nacional da Verdade. Se, por um lado, observamos um protagonismo na *Folha de S. Paulo*, assumindo posições claras e opiniões contundentes, por outro, percebemos *O Globo* com seus títulos informativos e seus efeitos de sentido que buscam a objetividade.

A *Folha de S. Paulo*, com três vezes mais publicações do que *O Globo*, trouxe não apenas notícias sobre uma nova construção da história para o caso Herzog, mas explorou ainda gêneros jornalísticos como reportagem e editorial, nos quais tensionou os discursos e assumiu posições durante as disputas, embora adotasse estratégias discursivas que também tinham como efeito de sentido a objetividade. O jornal criou uma narrativa na qual, além de enunciador, era também engendrador e partícipe da história em curso. Nesse momento, o posicionamento de legitimar o discurso das fontes era uma estratégia de também reforçar a sua credibilidade. Esses dados distintos revelam ainda o interesse histórico que o veículo de São Paulo sempre teve em torno da morte Vlado.

Este estudo abre portas para outras investigações que não puderam ser tratadas em função dos limites do próprio texto. Embora adotemos o conceito de contrato de leitura, não trabalhamos com a dimensão da recepção prevista nesta metodologia, que poderia ser abordada a partir da análise de comentários. Também não foi possível avançar no paralelo entre as estratégias internas ao jornal e o seu posicionamento institucional, inserido num ambiente de concorrência, dimensão que merece estudo posterior. Uma comparação entre o discurso do próprio jornal em períodos distintos permitiria perceber possíveis mudanças de posicionamento em função de novas condições de produção, além da possibilidade de se articular os conflitos memoriais intrínsecos nas publicações, a partir da perspectiva das guerras de memórias.

Referências

BLANCHARD, Pascal; VEYRAT-MASSON, Isabelle. **Les guerres de mémoires: La France et son histoire, enjeux politiques, controverses historiques, stratégies médiatiques.** Paris: La Découverte, 2008.

CARDOSO, L. **Criações da memória: defensores e críticos da Ditadura (1964-1985).** Cruz das Almas: Editora da UFRB, 2012.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias.** São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Le contrat de communication de l'information médiatique. **Revue le français dans le monde**, Paris, numéro spécial, 1994.

DIAS, A. Herzog re(a)presentado: notas sobre memória, narrativa e

"acontecência". In: **XXIV Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS)**, Brasília, UnB e UCB, 2015.

FAUSTO NETO, A. Fragmentos de uma analítica da midiatização. **Matrizes**, n. 2, 2008, p. 89-105.

FERREIRA, G. Uma proposta metodológica para o estudo da imprensa a partir das mutações na problemática da análise do discurso. **Eptic** (UFS), v. VIII, n.1, p. 1-15, 2006.

FERREIRA, J. Midiatização: dispositivos, processos sociais e de comunicação. **E-Compós**. Brasília, v. 10, 2007, p. 1-15.

GOMES, P. Buscando o objeto para encontrar a metodologia (ou fenomenologia da midiatização). In: FAUSTO NETO, A.; VALDETTARO, S. (Orgs.). **Mediatización, sociedad y sentido: diálogos entre Brasil y Argentina**. Argentina: UNR Editora, 2010, p. 91-106.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HEPP, A. As configurações comunicativas de mundos midiatizados: pesquisa de midiatização na era da "mediação de tudo". **Matrizes**, São Paulo, v. 8, n. 1, 2014, p. 45-64.

HJARVARD, S. Midiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **Matrizes**, São Paulo, ano 5, n. 2, 2012, p.53-91.

_____. Midiatização: conceituando a mudança social e cultural. **Matrizes**, São Paulo, v. 8, n. 1, 2014, p. 21-44.

HOSKINS, A. Digital network memory. In: ERLI, A.; RIGNEY, A. (Ed.). **Mediation, remediation, and the dynamics of cultural memory**. Berlin and New York: Walter de Gruyter, 2009, 91-106.

_____. From collective memory to memory systems. **Memory Studies**, v. 4, n. 2, 2011, 131-133.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCUZZO, P. Diálogo inconcluso: os conceitos de dialogismo e polifonia na obra de Mikhail Bakhtin. **Cadernos do IL**, Porto Alegre, nº 36, junho de 2008.

MARTINS FILHO, J. A guerra da memória. A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **Varia História**, n. 28, 2002, p. 178-201.

NEIGER, M; MEYERS, O; ZANDBERG, E. (Ed.). **On media memory: collective memory in a new media age**. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2011.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, 1993.

PALACIOS, M. A memória como critério de aferição de qualidade no ciberjornalismo: alguns apontamentos. **Revista FAMECOS**, v. 37, p. 91-100, 2008.

_____. Jornalismo online, informação e memória: apontamentos para debate. In: **Anais do Workshop de Jornalismo Online**, Covilhã, 2002, p. 1-12.

_____. Ruptura, continuidade e potencialização no jornalismo online: o lugar da memória. In: MACHADO, Elias & PALACIOS, Marcos (Org.). **Modelos do Jornalismo Digital**. Salvador: Editora Calandra, 2003, p. 1-17.

READING A. Memory and digital media: six dynamics of the global memory field. NEIGER, M.; MEYERS, O.; ZANDBERG, E. (Ed.). **On media memory: collective memory in a new media age**. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2011, 241-252.

ROLLEMBERG, D. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, J. (Org.). **O golpe de 1964 e o regime militar**. São Carlos: Editora UFSCar, 2006, p. 81-91.

SÁ, A. **Arquivos dos media e preservação da memória**. Processos e estratégias do caso português na era digital. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade do Minho, Portugal, 2011.

SCHMIDT, B. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 14, n. 26, 2007, p.127-156.

STORA, B. **La guerre des mémoires**. La Franceface à son passé colonial (Entretien avec Thierry Leclère). Paris, L'Aube, 2007.

_____. La guerre d'Algerie: la mémoire, par le cinema. In: BLANCHARD, Pascal; VEYRAT-MASSON, Isabelle. **Les guerres de mémoires: La France et son histoire**. Paris: La Découverte, 2008, p. 262-272.

VERÓN, E. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

_____. Esquema para el analisis de la mediatización. **Diálogos de la comunicación**, n. 48, 1997.

_____. Teoria da midiatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. **Matrizes**, São Paulo, v. 8, nº 1, 2014, p. 13-19.